



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

130
FEVEREIRO 2012



FILIADO À **COIDSEF**

Lançamento

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA DOS SERVIDORES FEDERAIS 2012

*Todas e todos rumo à Jornada de Lutas e Marcha
a Brasília em março!* (Págs. 4-5)



Foto: Jane Franco



Foto: Renata Maffezoli



**Ataques ao
funcionalismo
público precisam ser
barrados!**
(Pág. 2)

**Governos atacam
com repressão e
criminalização os
movimentos sociais**
(Pág. 3)

**Combate ao
assédio moral
no trabalho e a
situação no DPU**
(Pág. 6)



Ataques ao funcionalismo público *precisam ser barrados!*

Enquanto a União bate sucessivos recordes com a arrecadação de impostos, o Governo Federal anuncia o maior corte no Orçamento já realizado na história do país, algo na ordem de R\$ 55 bilhões.

Dilma impõe medidas recessivas, incluindo cortes em áreas sociais fundamentais, para continuar privilegiando o pagamento dos juros (os mais altos do mundo) e a amortização da dívida pública, que de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, já compromete 47,1% de todo o orçamento da União para 2012.

Os cortes anunciados reforçam a intenção do governo de não conceder reajustes salariais e manter o congelamento dos salários no setor público, ou seja, prejudica os servidores e os serviços públicos prestados à população, para beneficiar a especulação financeira.

A política de congelamento salarial, na prática, reduz o valor dos salários ao rebaixar seu poder

de compra. A inflação acumulada desde junho de 2006 até janeiro de 2012 já soma 35% - de acordo com o IVC, índice de aferição do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas).

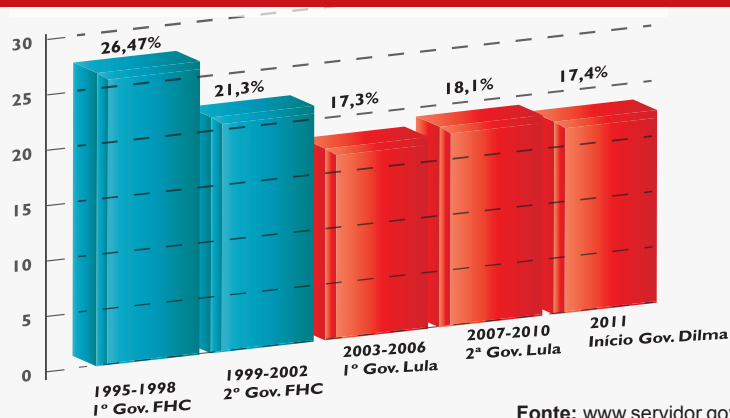
Este índice é uma ponderação de diversos índices que integram o consumo da população. Mas vários tópicos específicos, fundamentais para os servidores, tiveram elevação bem maior do que o índice geral. É o caso das despesas com alimentação, que subiram 58,87%, ou da educação com aumento de preços de até 47,60% no período.

Com a falta de uma política de reposição destas perdas nas remunerações dos servidores públicos, os salários ficaram bem defasados nos últimos anos. Se analisarmos o percentual gasto com o funcionalismo público na Receita Corrente Líquida da União, veremos que há uma drástica redução nos últimos anos.

As perspectivas este ano também são bastante duras, já que o governo tem dito que reajustes, se concedidos, só valerão para 2013. Além disso, o governo acaba de desferir um duro golpe ao funcionalismo, aprovando na Câmara dos Deputados o PL 1992/07, que acaba com a aposentadoria integral e leva à privatização da previdência no setor público.

Diante dessa realidade, só resta aos servidores construir uma forte mobilização, que faça o Palácio do Planalto deixar a intransigência e negociar efetivamente com a categoria. É necessário buscar a unidade na luta para construir um movimento forte e amplo, que demonstre todo o descontentamento dos servidores e arranque do governo um reajuste digno.

Despesa da Receita Corrente Líquida da União com o Funcionalismo Público



Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP

PRESTAÇÃO DE CONTAS - JANEIRO 2012

SALDO INICIAL	R\$ 118.566,92
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 211.704,8
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 18.751,01
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT etc.)	R\$ 66.301,19
SINDICAL (Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.)	R\$ 33.524,97
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 27.846,85
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 4.676,30
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 5.695,30
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 18.919,28
VEICULO (Aquisição, seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc)	R\$ 35.273,28
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 6.664,75
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 217.652,93
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ -5.948,05
SALDO FINAL	R\$ 112.618,87

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**



Governos atacam com repressão e criminalização os movimentos sociais

Em 22 de janeiro, o Brasil assistiu, estarecido, a brutal ação da Polícia Militar contra os moradores do Pinheirinho, uma ocupação urbana em São José dos Campos com mais de 1.600 famílias. De um lado, a Justiça Federal havia suspenso a reintegração de posse do terreno; do outro, a Justiça Estadual havia concedido a reintegração ao megaespeculador Naji Nahas. Expulsas as famílias, os jornais e as emissoras de TV silenciaram sobre o caso, embora a repressão continue até hoje. Abusos das autoridades contra esses trabalhadores se tornaram rotineiros.

O tucano Geraldo Alckmin dava continuidade, assim, a uma escalada de violência contra a população pobre e os movimentos sociais, cujo outro episódio recente foi a repressão a usuários de droga na região da capital conhecida como Cracolândia que, ao invés de tratamento, receberam porrada.

Em São José dos Campos, houve o apoio do prefeito Eduardo Cury, o mesmo que vem fazendo uma campanha contra a chapa da CSP-Conlutas nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos da região. O prefeito alegava que se a atual diretoria fosse reeleita, empresas deixariam de investir no município. Poucas vezes se viu de forma tão explícita um chamado ao peleguismo. Sindicalistas são atacados justamente por aquilo que têm de melhor: o compromisso com sua classe.

Note que citamos três casos diferentes: Pinheirinho, Cracolândia e eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. Há uma relação evidente entre eles: a perseguição aos



22 de janeiro de 2012: Tropa de Choque da Polícia Militar invade o Pinheirinho e expulsa os moradores

movimentos sociais e ao movimento sindical combativo no Brasil. Seria uma questão ligada apenas ao conservadorismo do PSDB de Alckmin e Cury e do PSD de Gilberto Kassab?

Há muito que os tucanos e Kassab praticam uma política higienista em São Paulo. Tratam o povo pobre como entulho a ser removido das ruas. Mas a recente escalada de violência está inserida em um contexto mais amplo. Senão, vejamos. Dilma Rousseff classificou de “barbárie” a ação da PM. Pois bem, mas será que Dilma e Alckmin são tão diferentes assim?

Se a presidente discorda do que aconteceu no Pinheirinho, por que não toma uma atitude? O Governo Federal tem legitimidade para desapropriar por interesse social o terreno reivindicado pelo movimento dos trabalhadores sem teto em São José dos Campos. Ao não fazê-lo, Dilma se omite e, ao omitir-se, torna-se cúmplice da

brutalidade tucana e da “justiça” burguesa.

Quem não criminaliza os movimentos?

Desde que Lula foi eleito em 2002, o governo federal vem tentando marcar uma diferença em relação à era FHC, afirmando que não criminaliza os movimentos sociais. Na verdade, o governo adotou outra estratégia: a cooptação. Muitas lideranças sindicais e de movimentos populares foram alçadas a cargos na administração federal. Outras entidades passaram a receber volumosos recursos públicos. A estratégia funcionou com algumas organizações, como CUT e UNE.

Mesmo o MST, o mais importante movimento social do Brasil, foi duramente afetado por uma crise ideológica. Mas enquanto algumas de suas lideranças foram cooptadas, sua base segue oprimida, perseguida com reintegrações

de posse e violência policial. E continuam as mortes no campo, praticadas por pistoleiros a soldo do latifúndio sempre impune.

Para aqueles que se mantiveram combativos, persistiu a velha tática da perseguição. O assédio moral tornou-se método de gestão no governo federal. Sindicalistas têm sido alvos de Processos Administrativos Disciplinares, muitas vezes sob pretextos absurdos, como aconteceu com diretores do Sindsef/SP.

O governo se mostra intolerante com as greves. Introduziu a prática do corte de ponto e moveu ações judiciais contra o funcionalismo público alegando que suas greves eram ilegais. Dizer que o trabalhador, ao exercer seu direito constitucional de greve, está cometendo uma ilegalidade é ou não é criminalizar o movimento sindical?

Mais recentemente, a greve dos policiais da Bahia, um estado governado pelo PT, foi duramente reprimida, com apoio do governo Dilma e o uso, inclusive, de tropas do Exército. Agora, os petistas no poder alegam que policial não pode fazer greve. Dilma chegou a acusar os líderes do movimento de práticas criminosas. Isso é ou não é criminalizar os trabalhadores?

Seja nos governos estaduais, seja no governo federal, percebe-se uma clara intenção de calar as vozes discordantes, aqueles que ainda bradam contra a política neoliberal do PSDB e do PT. Esses ataques tendem a se acirrar com o aprofundamento da crise e da tensão social dela resultante. A resposta deve ser a luta unificada dos trabalhadores contra a truculência da burguesia.



Campanha Salarial 2012 chega com tudo!



Servidor valorizado = Serviço público de qualidade

- ▶ Definição de data-base (1º de maio)
- ▶ Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- ▶ Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados
- ▶ Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- ▶ Retirada dos PLP's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos
- ▶ Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas
- ▶ Reajuste dos benefícios

ASSIBGE-SN, ANDES-SN, ANFFA-SINDICAL, ASFOC, ASMETRO-SN, CTB, CUT, CONDSEF, CNTSS, CONFELEGIS, CSP-CONLUTAS, FASUBRA, FENALE, FENALEGIS, FENASPS, FENAJUFE, FENASTC, MOSAP, PROIFES, SINAL, SINAIT, SINBACEN, SINASEFE, SINDLEGIS, SINDIFISCO NACIONAL, SINDIRECEITA, SINASEMPU, SINPECPF E UNACON-SINDICAL

O dia 15 de fevereiro foi marcado pelo lançamento da Campanha Salarial 2012 que reúne 30 entidades nacionais em torno de reivindicações em defesa da valorização de servidores e investimento em serviços públicos.

Pela manhã aconteceu um ato no Espaço do Servidor, em Brasília-DF, para oficializar o lançamento da Campanha. Houve, ainda, uma reunião no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão entre os representantes do Fórum Nacional das Entidades, o secretário-executivo adjunto do ministério, Valter Correia, e secretária interina de relações do trabalho, Marcela Tapajós.

Os representantes dos servidores cobraram uma resposta sobre a pauta de reivindicações da categoria protocolada no dia 24/01.

A primeira reunião de negociações foi marcada para o dia 07 de março, às 10h. Ao fechamento desta edição, saiu na imprensa que Sérgio Eduardo Arbulo Mendonça será o novo Secretário de Relações de Trabalho. Ele substituirá Duvanier Paiva, que morreu em janeiro, e será o responsável pelas negociações salariais.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) informa que a prioridade nesta reunião é discutir a pauta unificada. Segundo a entidade, a possibilidade de greve do funcionalismo não está descartada. Durante a Plenária Estatutária da entidade, nos dias 12 a 15 de abril, será discutido a proposta de greve e a Condsef levará para o fórum o resultado deste debate.

Segundo relato de Paulo Barela, da executiva nacional CSP-Conlutas, o conjunto das entidades contabiliza como vitoriosa a marcação do início das negociações, bem como, de maneira geral, as atividades foram consideradas positivas.



Dada a largada para o processo de mobilizações

Jornada de luta, de 12 a 16 de março, culmina em Marcha a Brasília no dia 28

Frente Parlamentar em Defesa do Servidor e do Serviço Público

No mesmo dia, ocorreu a solenidade de retomada da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Públicos Federais, na Câmara dos Deputados. A Frente é um importante movimento para utilização de um espaço público no parlamento para a defesa das reivindicações dos servidores e denúncia dos projetos que retiram direitos. O primeiro grande desafio é continuar a luta pela derrubada do Projeto de Lei 1992/07 (aquele que privatiza a Previdência), aprovado sob protestos no final do mês na Câmara e que segue para o Senado. Quanto a isso, a categoria não pode desanimar!

Novo secretário de Relações de Trabalho X Negociações

Segundo informações do Correio Braziliense, o novo secretário, Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, vai assumir as negociações num clima nada bom entre o governo e o funcionalismo, já que a presidenta Dilma Rousseff deixou claro que não há orçamento para reajustes este ano. Arbulu ocupou o mesmo cargo no Governo Lula.

Próximos passos

O lançamento da Campanha Salarial 2012 é a largada para um processo intenso de mobilização. Passado o carnaval, a expectativa é que as negociações com o governo iniciem de fato e que, os trabalhadores unidos e organizados derrotem os ataques aos direitos conquistados e sejam vitoriosos em suas reivindicações.

Agora é o momento de fortalecer o

calendário de mobilizações e priorizar a pressão contra o PL 1992/07. As entidades, entre elas o SINDSEF-SP, estão realizando reuniões e preparando materiais de subsídio para as atividades. Todos os mecanismos de mídia disponíveis, especialmente as redes sociais, vão ser utilizados para denunciar a política privatista do Governo de Dilma/PT.

De 12 à 16 de março acontece a Jornada de Lutas, em conjunto com ações de outros movimentos, especialmente em sintonia com a greve da educação básica, que vai acontecer no período. No dia 15 deve haver uma ação centralizada em todo o Brasil.

A jornada vai culminar numa grande Marcha à Brasília, no dia 28 de março. Caso nenhum avanço seja conquistado ao longo desse período, o indicativo de greve geral em abril continua. Acompanhe e participe das atividades divulgadas em nossa página na internet.

Foto: Luiz Alves - Agência Câmara



Foto: José Cruz - ABR

Deputados aprovam o PL 1992/07 por 318 votos a 134 e 2 abstenções

Projeto de Lei 1992/07:

A privatização da Previdência aprovada na Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou o PL 1992, que privatiza a Previdência dos Servidores Públicos Federais (SPF's). Apesar das diversas mobilizações para evitar a votação ou conseguir a rejeição do projeto, prevaleceu o interesse da especulação financeira.

Agora é preciso manter a organização para barrar no Senado mais este ataque aos direitos dos trabalhadores. O PL vai contra os ideais e princípios da previdência pública. Na prática significa o desmonte do serviço público, pois fragiliza as carreiras estratégicas, desestimula o ingresso de novos servidores, quebra a solidariedade entre as gerações e não garante uma aposentadoria digna.

A votação realizada no dia 28/02 refletiu a determinação de Dilma, que não poupou esforços para aprovar o Funpresp (Fundo de Pensão dos Servidores Públicos Federais). A presidente contou com o apoio do PSDB (de FHC) e do PP (de Maluf), para obter o resultado almejado.

Prejuízo

O novo regime exclui novos servidores do direito à aposentadoria integral, estes teriam que pagar ao fundo para complementá-la. Outro problema é a falta de recursos para pagar o salário integral em casos de licenças maternidades e afastamentos por doença. E isso não é tudo.

O projeto foi aprovado mesmo sem previsão orçamentária, o que fere o regimento da Câmara e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Fato denunciado em diversos pronunciamentos de deputados que discordavam da proposta. O custo inicial previsto para criar o Funpresp é de R\$ 100 milhões.

Os únicos que lucram com esta proposta são os banqueiros, pois poderão investir no mercado de capitais os recursos das contribuições feitas pelos servidores

A luta continua

Os servidores podem usar sua indignação para

fortalecer a jornada de luta. Para Paulo Barela, “o ápice de nossa luta será a realização da grande marcha no dia 28/03 que promete sacudir Brasília. Vamos combater esse ato criminoso do governo em benefício dos banqueiros e empresários”, destacou.

É preciso dizer não à privatização da previdência e sim à aposentadoria digna, com paridade e integralidade!

Confira no nosso *site* a lista dos deputados que votaram contra os trabalhadores, entre os quais muitos são ex-sindicalistas.



Combate ao Assédio Moral

Apesar de ser mais discutido na atualidade, assédio moral não é um fenômeno recente e está diretamente ligado à hierarquia de poder embutida na relação capital-trabalho. A novidade está na intensificação, amplitude e banalização do fato com o aprofundamento das políticas neoliberais.

Em nosso país, a prática desta violência cria raízes com a política de desmonte do Estado, privatização dos serviços públicos e demoralização

do seu funcionalismo, promovida desde o governo Collor, passando por FHC e continuada com os governos petistas de Lula e Dilma.

Outro fato relativamente novo neste contexto é o reconhecimento do nexos entre as relações de trabalho, os sintomas e as marcas deste mesmo na saúde.

Cada vez mais, milhares de pessoas sofrem esse tipo de violência e, os servidores públicos federais estão inclusos nesta triste realidade.

Que vergonha! Assédio moral no setor público

No setor público, como os assediadores não podem demitir as vítimas, o assédio costuma aparecer de forma mais visível e marcante.

Muitas indicações de chefias não são motivadas por qualificação para o cargo, e sim por amizade, parentesco e/ou política. Em alguns casos, por despreparo do chefe ou pura perseguição, os trabalhadores passam a ser humilhados publicamente, sobrecarregados de tarefas inúteis ou transferidos para outra área onde ficam ociosos.

Não precisa ir muito longe para citar exemplos destas práticas. Alguns diretores do SINDSEF-SP sofrem o assédio moral diariamente. Em um dos casos, a servidora chegou a ser transferida de sala e teve suas atividades funcionais rebaixadas.

Quem acha que não há punição para o assediador dentro do setor público, está enganado. A Lei 8.112/90, apesar de não abordar claramente

a questão do assédio moral, trata do dever da moralidade. É aí onde a conduta do assediador pode ser enquadrada no regime jurídico único, podendo constituir-se em incontinência de conduta.

É crime

Diversos projetos de combate ao assédio moral no trabalho já foram aprovados e outros estão tramitando. Em São Paulo já existem condenações para os assediadores. Estão previstas multa, advertência, suspensão e até demissão destes. Ainda há propostas de incluir no Código Penal brasileiro punições efetivas.

De antemão é possível reivindicar tutela dos direitos do servidor com base no dano moral trabalhistas e no direito ao trabalho saudável, garantidos na Constituição Federal.

O que caracteriza isso?

Toda e qualquer conduta abusiva que se manifesta repetidamente contra o trabalhador (palavras, atos, gestos, comportamentos) e causa dano à sua personalidade, dignidade e integridade física ou psíquica pode ser caracterizada como assédio moral no trabalho.



Está sendo assediado? Reaja!

A vitória contra o assédio moral só será possível a partir da denúncia e com a atuação conjunta entre servidor e sindicato. Por isso, se você está sendo assediado, procure o sindicato, ele é um instrumento fundamental na luta contra os casos de violência no trabalho.

Enquanto isso, na DPU...

A Defensoria Pública da União no Estado de São Paulo (DPU/SP) tem o objetivo de garantir para o cidadão necessitado a prestação de assistência jurídica integral e gratuita. Desde a sua criação o órgão sofre as consequências da precária estrutura material e de pessoal.

A DPU atuou durante vários anos utilizando mão de obra terceirizada para prestar as funções administrativas, somente em 2010 foi realizado o primeiro concurso na área.

Apesar do concurso, a carência de profissionais administrativos ainda é grande. Com a “desculpa” de falta de funcionários, alguns defensores chefes deslocam profissionais qualificados da sua atividade-fim para execução de serviços de cartório, que não requerem um alto grau de conhecimento.

Aqueles que exigem o direito de exercer

as atribuições do cargo para o qual foram aprovados são perseguidos e assediados moralmente, com abertura de processos administrativos absolutamente irregulares, sem o cumprimento de requisitos legais básicos. Isso vem acontecendo com vários funcionários no Estado. Em um dos casos mais graves, o acesso ao sistema de informações do Órgão foi suprimido de uma servidora antes de qualquer apuração ou imputação de penalidade administrativa.

Infelizmente a situação na DPU não é um fato isolado. Os trabalhadores devem denunciar. Em 2011, servidores do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), procuraram o sindicato e denunciaram o superintendente. Depois de muita mobilização e greve conseguiram que ele fosse exonerado.



Esta é uma luta de todo o funcionalismo. O Sindsef-SP tem realizado campanhas sobre Assédio Moral, com objetivo de combater esta prática. Além disso, o Departamento Jurídico está atuando fortemente para defender os trabalhadores e na busca da apuração das responsabilidades dos assediadores.



VI Encontro de Aposentados e Pensionistas

Foto: Felipe Costa



O Sindsef-SP realizou no dia 29/02, no salão da Associação Tochigi-Ken, o VI Encontro Estadual dos Aposentados e Pensionistas. O evento reuniu antigos companheiros e teve como temas Previdência Social e a Campanha Salarial 2012. Como parte da programação foi oferecida uma atividade terapêutica e uma apresentação de dança. Os participantes receberam, também, informações jurídicas sobre assuntos de interesse da classe.

A palestra sobre Previdência Social foi ministrada pelo sociólogo Daniel Romero, membro do ILAESE (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômico). Ele resgatou as reformas da previdência desde o governo Collor, passando por FHC e Lula, até os dias atuais com a aprovação do Projeto de Lei 1992/07 que privatiza a previdência complementar dos servidores públicos. Segundo Daniel, o interesse dos governos nessas reformas é estimular os trabalhadores que possuem condições financeiras, a investirem em previdência privada.

“Foi assim com o sucateamento da educação e da saúde pública, quando um grande número da população passou a usar escolas particulares e planos de saúde. Fortalecendo estes

mercados,” lembrou o Sociólogo.

Na parte da tarde o debate foi sobre avanços legais e luta dos aposentados. Cesar Lignelli, advogado do Sindsef-SP, falou sobre a taxação dos inativos, o andamento das ações de Gratificações e as novas ações ajuizadas pelo Sindicato. Os informes poderão ser acessados no site (www.sindsef-sp.org.br).

Beth Lima, diretora do Sindsef, destacou a importância da Campanha Salarial Unificada diante da realidade que está colocada. Neste sentido, as entidades do serviço público federal em São Paulo estão adotando ações conjuntas para construir uma forte mobilização no estado e com isso fortalecer o movimento nacional.

Depois dos debates houve sorteios de artesanatos, contribuição da aposentada Edna L. Sampaio, servidora do MTE. Foi realizado também o sorteio do notebook, referente à Campanha de Filiação e Recadastramento. O ganhador foi o servidor Paulo Roberto de Melo, da SPU.

O encontro dos aposentados foi encerrado com uma apresentação de tango e uma aula experimental de dança de salão. Essa é uma atividade que o Sindsef-SP pretende oferecer para os sindicalizados. Em breve divulgaremos mais informações.

MTE

O Sindsef-SP ingressou com ação judicial no final de 2011, pedindo a suspensão do processo de compra dos equipamentos de ponto eletrônico que serão instalados em todas as unidades do MTE em São Paulo. A ação tem como fundamento apurar as possíveis ilegalidades no processo. Continuamos aguardando resposta do poder judiciário.

Reposição das horas

Enquanto isso, os servidores continuam sofrendo as conseqüências do acordo assinado de reposição das horas da greve realizada em 2010.

Em São Paulo, obstáculos estão sendo criados para realização dos mutirões. Novas regras e tratamento diferenciado entre setores são alguns dos empecilhos colocados pelo Superintendente José Roberto de Melo. Levando a crer que é mais uma forma de aumentar o “castigo”.

30 horas

O Sindsef-SP orienta que os servidores discutam em seus locais de trabalho a viabilização da implantação da jornada de 6 horas, conforme Decreto Presidencial nº 4.836, de 9 de setembro de 2003. Depois encaminhem o resultado deste levantamento para o Sindicato.

Postura centralizadora

Atualmente Melo acumula suas funções com as de gerente da GRTE/Zona Sul e de São José dos Campos. Alguns servidores criticam postura autoritária e ditatorial do superintendente.

Somente a união dos servidores pode reverter esse quadro.

FUNASA

Seminário dos Servidores da Funasa

Servidores da Funasa lotados no Ministério da Saúde, participaram de um seminário promovido pelo Sindsef-SP no dia 29 de fevereiro. Palestras sobre conjuntura, situação dos intoxicados e dos trabalhadores no órgão, além da luta contra opressão e assédio foram temas do encontro.

O seminário contou com a participação dos servidores do Estado de São Paulo e com os palestrantes Nando Poeta e Ana Pagamunci, do Instituto Latino Americano de Estudos Sócio-Econômicos (Ilaese) e Neide Solimões, diretora do Sindsef-PA.





Plenária Estatutária da CONDSEF

Sindsef-SP realizou assembleias na base e elegeu representantes para o evento

Vai acontecer de 12 à 15 de abril a Plenária Estatutária da Condsef. O Sindsef-SP realizou uma rodada de assembleias na base e elegeu representantes para o evento.

No dia 13 de fevereiro foi feita a assembleia estadual onde foram escolhidos os delegados para irem à Plenária. Foi deliberada a elaboração de uma tese com o debate das seguintes idéias, dentre outras:

1. Tratamento isonômico da Condsef para as entidades filiadas, sem a discriminação em razão da filiação das entidades a outras centrais e fim da aplicação da atual sobretaxa dada aos sindicatos que não são filiados à Cut;
2. Definição de limites para mandatos dos dirigentes da Confederação, com o impedimento das reeleições;
3. Mudança na forma de eleição para a direção nacional da entidade;

4. Eleição dos departamentos nas plenárias setoriais, de modo desvinculado da eleição da direção nacional;

5. Indicação de punição com a perda do mandato para dirigente que assinar acordo ou firmar compromisso com o governo sem prévio debate e deliberação da base da categoria;

6. Cessaçao dos laços da Condsef com qualquer entidade sindical ou confederativa que receba dinheiro ou subvenção do governo, como medida de manutenção da independência da entidade face aos governos e aos patrões.

O Sindsef-SP cobrou à Condsef de que as teses sejam divulgadas nas bases dos sindicatos das categorias e que a comissão credenciadora da plenária tenha representantes dos sindicatos filiados, como forma de manter a transparência do processo de credenciamento.

CSP-Conlutas

Congresso

Está chegando o 1º Congresso Nacional da Central Sindical e Popular - Conlutas. Os últimos quatro dias de abril serão tomados por debates e votação dos princípios e bandeiras que vão nortear as ações da entidade.

O Sindsef-SP já começou a realizar assembleias para indicação dos representantes e discussão sobre o congresso. Uma última assembleia vai acontecer para eleger a delegação.

As datas das assembleias serão divulgadas no site:
www.sindsef-sp.org.br



Calendário de lutas - Março de 2012

08 – Manifestações e Atos Públicos no Dia Internacional da Mulher;

12 à 16 – Jornada Nacional de Lutas dos Servidores;

13 à 15 – Greve Nacional da Educação Básica convocada pela CNTE;

28 – Marcha em Brasília dos Servidores Federais e Dia Nacional dos Estudantes;

29 – Dia Nacional de Lutas dos Aposentados e Pensionistas.

Campanha de Solidariedade

Ajude os desabrigados, vítimas da violência do Estado!



FAÇA SUA DOAÇÃO!

Doe alimentos não perecíveis, materiais de limpeza e de higiene pessoal, cobertores, roupas, fraldas e brinquedos.
Doações financeiras: Banco do Brasil - Agência: 4223-4
Conta Corrente: 8908-7 - Central Sindical e Popular Conlutas

Compartilhe todas as notícias de Pinheirinho, aqui:
www.sindsef-sp.org.br

Campanha de solidariedade: Somos todos Pinheirinho

Continua a luta do povo da comunidade conhecida como Pinheirinho, localizada em São José dos Campos-SP.

Os ocupantes do terreno abandonado foram brutalmente expulsos de suas casas por uma ação da Polícia Militar a mando da prefeitura do município e do governo estadual, que colocaram a especulação imobiliária acima da vida.

Há suspeitas de que o terreno tenha sido adquirido pela empresa falida Selecta Comércio e Indústria S/A - que devia milhões à prefeitura e pertencia ao criminoso megaespeculador Naji Nahas - por meio de grilagem, ou seja, de forma ilegal.

Os desabrigados continuam em situação precária. Bebês, crianças, adultos, idosos e até

animais de estimação dormem juntos no chão de um ginásio poliesportivo superlotado, que a prefeitura ousa chamar de abrigo.

Diante disto, o Sindsef-SP, assim como outras entidades classistas, está realizando uma campanha de solidariedade em locais de trabalho e na sede do sindicato. Participe!

Doe alimentos não perecíveis, materiais de limpeza e higiene pessoal, cobertores, roupas, fraldas e brinquedos.

Ou faça uma colaboração financeira:

Banco do Brasil

Agência: 4223-4

Conta corrente: 8908-7

Central Sindical e Popular Conlutas